

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ALAGOINHAS (BA) COM BASE NA LEI 10.639/2003

Edite Nascimento Lopes¹

Orientadora: Dra. Lícia Maria de Lima Barbosa²

Resumo: Através desta pesquisa, pretende-se compreender os obstáculos e os desafios para construção de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana nas práticas pedagógicas de professores atuantes em duas escolas públicas de Alagoinhas Bahia. Com a implantação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade dessa temática no ambiente escolar, percebem-se grandes dificuldades encontradas por partes de alguns professores na hora de aplicar os conteúdos em sala de aula, muitos desses educadores, não possuem cursos de formação sobre a temática e muito menos incentivo do Estado ou Município para que essa carência seja suprida. Diante destes fatos, acabam reproduzindo em suas práticas pedagógicas situações incoerentes sobre a história e cultura afro-brasileira e africana. Levando para sala de aula, conteúdos eivados de preconceitos e a ideia de uma África homogênea, que pouco contribui para entender a cultura afro-brasileira e africana. Neste aspecto, é preciso desmistificar a ideia de África monolítica, ainda enraizadas nas práticas pedagógicas de inúmeros professores. Para que possam construir conhecimento voltado para essa área para além dos saberes escolares e de fato contribuir para a consolidação da lei 10.639/03. Pela natureza do objeto que se pretende estudar e pelos objetivos deste projeto, trata de uma pesquisa qualitativa com inspiração nos princípios etnográficos, na qual pretende-se utilizar como instrumentos de coleta de dados a observação e a entrevista.

Palavras Chave: Cultura Afro-Brasileira e Africana, Ensino, Práticas Pedagógicas, Lei 10.639/03.

INTRODUÇÃO

Falar da história e da cultura dos povos africanos é indispensável para compreender as heranças, a origem de determinados costumes e tradições deixadas no Brasil. A luta dos negros e seu papel na constituição da identidade nacional trouxeram contribuições para que a implantação da lei 10.639/03 estabelecesse de forma legal o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana no currículo oficial da Rede de Ensino:

A demanda da comunidade afro-brasileira por *reconhecimento*, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente apoiada com a promulgação da Lei 10639/2003, que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas. Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. Endereço eletrônico: editylopes@hotmail.com.

² Docente no Programa de Pós Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II. Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos — POSAFRO da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço eletrônico: pedrobeninho@yahoo.com.br.

sociedade brasileira; mito este que difunde a crença de que, se os negros não atingem os mesmos patamares que os não negros, é por falta de competência ou de interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino (DCN, 2013, p. 499).

Qual sentido possui a prática pedagógica para os educadores? Como o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana é trabalhado nas práticas pedagógicas? Os educadores tomam como base o dispositivo legal 10.639/03 para inserir a temática em sala de aula?

DESENVOLVIMENTO

Acredita-se que a adoção do método qualitativo pautados em valores etnográficos, e em outros princípios científicos, permitiu compreender os obstáculos e os desafios para construção de conhecimento sobre história e cultura afro-brasileira e africana nas práticas pedagógicas de professores atuantes em duas escolas públicas Alagoinhas (BA), com elementos fornecidos pela lei 10.639/03. Em entrevistas realizadas com professores da rede municipal de ensino de Alagoinhas, identificou-se que cerca de 60% dos entrevistados não participaram de nenhuma formação específica sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. O que lhes foi oferecido resumiu-se a uma palestra, oficina ou seminário, que, segundo eles, não lhes forneceu embasamento necessário para propor o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira a partir de uma ótica diferente das representações que construíram ao longo de suas vidas. Salienta-se que os estudos de outras culturas nos espaços escolares são extremamente relevantes para compreender o processo de formação da identidade brasileira:

Não podemos negar que a oficialização do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede pública de ensino do país é um marco no sentido de introduzir na educação brasileira a valorização de nossa história e a participação de outras culturas, além da européia. Entretanto, a essa demanda acrescentada na LDB cumpre também a tarefa de fortalecer e promover a reconstrução das relações étnico-raciais no ambiente escolar em todo o país (SILVA, 2010, p. 7).

A falta de informação e formação que auxiliem o professor sobre determinadas questões envolvendo o ensino de história da África, corroboraram para que a implementação da Lei se tornasse ainda mais distante das salas de aula. Sendo assim, é necessário ressignificar os saberes docentes no que tange a questão do ensino da história africana e da cultura afro-brasileira, os professores em análises, carecem repensar sua formação a partir de sua própria prática pedagógica:

Significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem

a inovações porque preches de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias (PIMENTA, 1999, p. 19).

No que tange a questão dos saberes docentes, remete-se ao processo ensino e aprendizagem e a relação teoria e prática. Acredita-se, que a escola, ocupa um espaço distinto para a construção do conhecimento e o professor se encarrega de aprimorar esses conhecimentos com o exercício de sua prática pedagógica:

Procurando identificar quais conhecimentos são desenvolvidos pelo professor ao atuar, no âmbito da cultura escolar e das condições mais adversas do seu trabalho. Também busca especificar e estudar as necessárias articulações desses conhecimentos do professor tanto com a prática, quanto com os conhecimentos teóricos acadêmicos da formação básica. Tais articulações possibilitam o desenvolvimento da capacidade reflexiva, que favorece o compromisso com o ensino de qualidade e a competência para atuar (GUARNIERI, 1997, p. 6).

Os problemas e desafios que aparecem na hora de produzir conhecimento na área de história e cultura afro-brasileira e africana, são decorrentes de representações construídas, em geral, a partir da percepção exterior, assentadas em mitos e preconceitos. As sociedades africanas, por exemplo, podem até ser vizinhas, mas possuem hábitos, costumes e práticas totalmente distintas. Não são, portanto, passíveis de serem homogeneizados sob a perspectiva dos negros, ou mesmo de africanos. A África não é o lugar da violência, guerras, fomes, doenças, desordem e ausência de civilização.

A recusa do passado científico e tecnológico dos povos africanos, por parte dos estudiosos do final do século XIX, deram a impressão ao restante do mundo de que os povos do continente africano não tiveram nenhuma contribuição para o conhecimento universal. Isso fica bem claro quando nos deparamos com representações eivadas de preconceitos, que colocam a África como um continente eternamente pré-histórico, bárbaro, cujos habitantes são desprovidos de sabedorias, incapazes de construir ou transmitir conhecimentos, lugar de Sol ardente, com paisagens sem belezas, onde se encontram vários animais selvagens. Vista dessa forma, a África é o “não lugar”, e não oferece as mínimas condições para sobrevivência de seres humanos. Só os selvagens, acostumados com tal “lugar”, que conseguem viver em tais condições. Durante muito tempo o ocidente conseguiu transmitir a imagem de que o desenvolvimento, o progresso, a civilização e, sobretudo, os valores culturais sempre fizeram parte de suas sociedades (BOAHEN, 2010).

Nesse aspecto, as práticas pedagógicas dos professores, que enfrentam problemas para compreender a dinâmica da cultura afro-brasileira, enquanto formação da sociedade brasileira a partir da heterogeneidade cultural não considera que:

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada. Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais (GADOTTI, 2001, p. 386).

É válido salientar que não se pode estudar o continente africano baseando-se nos valores ocidentais. Deve-se levar em consideração todo seu passado cultural e histórico, para que seja evitado o equívoco cometido por muitos estudiosos, que rejeitaram por muito tempo os milhares de anos de tradição dos povos africanos. O que se percebe é que a história desses diferentes povos ainda é desprezada por alguns estudiosos, uma vez que muitos deles privilegiam a historiografia vinda por parte do ocidente, alegando que o referido continente não dispõe de fontes para ser estudadas. Argumentos como esses, eivados de concepções eurocentristas, não dão conta de que as heranças culturais da África contribuíram de forma significativa para a formação de várias civilizações em outros continentes. Ademais, os vários registros culturais, que foram deixados aqui no Brasil por esses povos, que corroboraram de forma significativa para o alargamento da cultura afro-brasileira (TONIOSSO, 2011). É nesse sentido, que as Leis de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, destacam que é imprescindível uma mudança de postura por parte dos educadores das escolas públicas. Carecem se preparar e se instrumentalizar para garantir a consolidação da temática nas salas de aulas. Nas escolas públicas, onde foram realizadas a pesquisa, percebeu-se que os professores continuam enfrentando desafios na hora de aplicar conteúdos sobre a história da África e da cultura afro-brasileira:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas particularmente Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (BRASIL, 2004, p. 21).

Os professores carecem não só de uma formação voltada diretamente para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, mas sim, de um incentivo maior por parte dos órgãos competentes, para que possam produzir conhecimento para além do que traz os manuais didáticos.

CONCLUSÃO

Dessa forma, o continente africano vem sendo discriminado, marginalizado e estereotipado nas representações feitas por diferentes agentes da cultura ocidental. Estas imagens chegam até nós, e ao próprio continente africano, impregnados de valores eurocentristas. Quase sempre a África é colocada na condição de coitadinha, seja na mídia ou fora dela, os povos africanos são tratados de forma homogênea, como se fossem simplesmente negros, ou, africanos. Estes estereótipos e clichês envolvem relações de interesses e poder que de certa forma contribuem para o discurso discriminatório. Acredita-se que é possível produzir conhecimento nessa área com confiança, dinamismo, responsabilidade social e consciência histórica. Só assim, a escola será vista como um espaço sociocultural em que o fazer docente contribui de forma significativa para o processo ensino e aprendizagem. E o aluno poderá atuar como sujeito crítico e consciente de suas ações dentro do cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: DF, Outubro, 2004.
- BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História Geral da África*. v. 7 — África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília, UNESCO/ MEC, 2010.
- GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo. Ática. 2001.
- GUARNIERI, M.R. O início na carreira docente: Pistas para o estudo do trabalho do professor. In: *Anais da Anped*. 1997.
- PIMENTA, S.G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SILVA, Priscila Kelly de Alencar. et al. *História e cultura afro-brasileira: caminhos pedagógicos abertos pela lei federal Nº 10639/03 no combate ao preconceito racial*. 2010.
- TONIOSSO, José P. *Ensino de história e cultura afro-brasileira: da legislação à prática docente*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2011.

